
REFLEXÕES SOBRE

O PAPEL DOS INTELECTUAIS

NA ORGANIZAÇÃO

DA CULTURA

Adegmar José Ferreira*

Resumo: O presente artigo produz reflexões preliminares sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura, partindo do pensamento político-filosófico de Antônio Gramsci e de alguns de seus intérpretes. Colhe subsídios de modo a permitir o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla sobre o papel dos intelectuais, especialmente o do intelectual do direito e sua contribuição na organização da cultura; seu envolvimento político-social no processo de constituição da sociedade civil apoiado na concepção marxiana de Estado ampliado desenvolvida por Gramsci.

Palavras-chave: *intelectuais; organização da cultura; Direito; Estado ampliado.*

Até onde se sabe, Gramsci foi o primeiro pensador que se apropriou do conceito marxista de Estado (entendido apenas como momento de coação) e o ampliou. Foi por meio das reflexões desse autor, que se pensou e passou a investigar categorias importantes que integram as estruturas que compõem a realidade político-social. O papel dos intelectuais na organização da cultura está presente nessas reflexões e participa efetivamente do processo de ampliação da noção marxista de Estado. Refletindo sobre o sentido integral do Estado nas sociedades capitalistas modernas, Rouanet (1978, p.70) afirma que o

Estado é, assim, em seu sentido integral, a unidade de um momento de violência e de um momento de persuasão. O primeiro, radicado na sociedade política, é a ditadura; o segundo radicado na sociedade civil, é a hegemonia. A classe no poder assegura sua função de dominação através da sociedade política, e sua função de direção (hegemonia) através da sociedade civil. O Estado é, assim, composto de sociedade civil mais sociedade política, hegemonia encouraçada de coação.

Entende-se ser relevante investigar as diferentes categorias de intelectuais concebidas por Gramsci para em seguida tentar estabelecer suas relações com essa concepção de Estado ampliada, partindo da compreensão do que seja sociedade civil e política. Assim, pretende-se investigar sobre como se dá esse processo, e em que momento os intelectuais efetivamente dele participam; e quando esses intelectuais passam a existir enquanto sujeitos desse processo; como se posicionam e em que condições integram as estruturas e superestruturas da sociedade civil de que fala Gramsci; como são classificados esses intelectuais; como vivem e que papel é por eles desempenhado no contexto das relações econômicas de produção e político-sociais. Gramsci vê em cada sujeito histórico, um intelectual, mesmo que não exerça uma atividade intelectual socialmente. E, neste sentido afirma que:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. (Gramsci, 1991, p.7)¹

Em seu estudo denominado *Anotações Acerca da Formação da Vontade Coletiva*, Canesin afirma que, inspirado em Lênin, Gramsci “entende que uma massa humana não se distingue e não se torna independente sem se organizar e que não existe organização sem intelectuais. A eles competem a articulação entre teoria/prática”. (2001, p. 98)

Foi durante os anos 1930, já na prisão, que Gramsci escreveu os *Cadernos do Cárcere*, permitindo que na Itália florescesse o debate sobre os intelectuais, sua gênese e como participam atuando na organização da cultura de um povo, permitindo ainda investigar sua função político-social-filosófica na formação da sociedade civil (conjunto de instituições que operam especialmente pelo consenso) que, embora para Gramsci seja algo distinto da Sociedade Política (conjunto de instituições que operam especialmente pela violência), compondo com ela,

formam o que esse filósofo entende por Estado, ou mais claramente Estado ampliado.²

A noção de Estado ampliado implicará, por sua vez, semelhante alargamento na noção de intelectuais desenvolvida pelo mesmo filósofo. Gramsci entende que todo homem é um intelectual, mas nem todo homem desempenha essa função no contexto social em que vive. Nessa direção, Nepomuceno esclarece que o alargamento da noção de Estado

implica, simultaneamente, uma semelhante ampliação na noção de intelectuais, o que torna possível, na visão do filósofo italiano, uma maior aproximação com a realidade concreta. Esse modo de focalizar a questão, portanto, abriu espaço para Gramsci afirmar que todos os homens são intelectuais, embora nem todos (...) desempenhem, socialmente, a função de intelectuais. Logo, o que existe para esse filósofo são graus variados de atividade intelectual, não existindo, separação entre *o homo faber* e *homo sapiens*. (2003, p.15)

E, quando Gramsci (1991, p. 3) indaga se os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente ou se cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais, conclui que para responder a essa indagação há de se exigir esforços em razão das várias formas que até nossos dias assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais.

Gramsci admite a existência de várias categorias de intelectuais, todavia elege duas, como objeto de suas análises: os intelectuais “tradicionais” e os do tipo “orgânico”. Os primeiros são originários do meio rural, enquanto os últimos têm sua origem no meio urbano (Cf. Gramsci, 1991, p.3), mais precisamente no contexto histórico de surgimento da sociedade industrial capitalista. (Cf. Coutinho, 2005, p. 16-18)

Percebe-se com certa clareza que a opção de Gramsci por essas categorias de intelectuais se deu pelo significado que cada uma delas parece ter, e, ao mesmo tempo, representar para o estudo das relações de produção capitalistas e de posse desses elementos, confirmar ou não sua influência na formação da “sociedade política” e da “sociedade civil” concebidas de modo distinto pelo filósofo.

Gramsci (1991, p.3-4) afirma que “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o

organizador de uma nova cultura, de um novo Direito etc ...”, e assim segue o processo, ou seja, os grupos profissionais passam a ser fonte permanente de novas categorias de intelectuais. Cada grupo desses intelectuais, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no do político-social e jurídico.

No momento em que se confirma que essas categorias de intelectuais são em geral *influenciadas* pela “Via Prussiana” capitalista ou “revolução passiva”³ na construção da hegemonia, processo que permite viabilizar a manutenção da Sociedade Política que para Gramsci é o Estado, e para Rouanet, “momento de violência e persuasão”, tudo parece estar caminhando em direção às teorias marxianas de Estado. Mas, no entanto, de forma ampliada, nos moldes da concepção Gramsciana. (Cf. Coutinho, 2005, p.52; Rouanet, 1978, p.71).

A “sociedade política”, para Gramsci é distinta da “sociedade civil” conforme já se assinalou. A primeira é o que ele ora identifica como ‘Estado em sentido estrito’, ora como ‘sociedade política’, e que ele identifica como governo, como burocracia executiva, como aparelhos policiais e militares, enfim como os organismos repressivos de modo geral. A segunda é aquela que permite a efetivação de relações sociais de direção ideológica, de hegemonia oriunda dos diversos aparelhos privados das classes sociais. (Coutinho, 2005, p.16). Explicitando essa idéia, Rouanet (1978, p. 69) afirma que Gramsci, (...) propõe subdividir o Estado em duas esferas: a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia) e sociedade civil, constituída pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, partidos, clubes, meios de comunicação de massa...) na qual a classe dirigente busca obter o consentimento dos governados, por meio da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento da formação social.

O grande mérito de Gramsci, segundo Coutinho, está no fato desse filósofo ter articulado tão bem suas idéias, que por meio dessa articulação, conseguiu construir a teoria de Estado ampliado, e no interior desta, a idéia de “sociedade civil” que constitui o conceito central de sua obra. Enquanto para Marx e Engels, a Sociedade Civil “é sinônimo de relações de produção econômicas”, para Gramsci a concepção de

Sociedade Civil consiste em algo mais. E, o que seria esse algo mais? E Coutinho mesmo responde:

Gramsci percebeu que com a intensidade de fixação dos processos de socialização da política, com algo mais que ele chama de “estandardização” dos comportamentos humanos gerada pela pressão do desenvolvimento capitalista, surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, e – o que nem sempre é observado – de uma dimensão material própria. É essa esfera que ele vai chamar de “Sociedade Civil”, introduzindo uma novidade terminológica com relação a Marx e Engels. (2005, p. 15)

Coutinho lembra ainda que Hegel já havia introduzido na concepção de sociedade civil postulada por ele próprio, e depois por Marx e de que falara posteriormente Gramsci, um elemento novo – as corporações –, entendendo-as como sendo as associações político-econômicas, que poderiam ser vistas como formas primitivas dos modernos sindicatos.

O título: “Os intelectuais e a organização da cultura”, para Coutinho (2005, p.15), não é de autoria de Gramsci, até porque, o estudo dos intelectuais antecede as reflexões do filósofo italiano. Todavia, reforça que foi a partir das reflexões desse filósofo que se tornou possível investigar a origem dos intelectuais, bem como sistematizar o papel dos intelectuais na organização da cultura e sua presença na constituição da “sociedade civil” e, por conseqüência, na composição da noção gramsciana de Estado ampliado. Gramsci mesmo, em suas notas, registra que os filósofos, desde Platão, já se ocupavam com os estudos dos Intelectuais, chegando a afirmar que:

Quando se diz que Platão desejava uma “república de filósofos”, é preciso entender “historicamente” o termo “filósofos” que hoje deverá ser traduzido por “intelectuais”. Naturalmente Platão referia-se aos “grandes intelectuais” que eram, ademais, o tipo de intelectual de seu tempo, além de conceder importância ao conteúdo específico da intelectualidade que poderia concretamente chamar-se “religiosidade”: os intelectuais de governo eram aqueles intelectuais determinados mais próximos da religião, isto é, cuja atividade tinha um caráter de religiosidade entendida, no

sentido geral da época e no sentido especial de Platão – e, por isso, atividade de certo modo “social” de elevação e educação (direção intelectual – e, portanto, com função de hegemonia) da polis. (Gramsci, 1991. p 37)

Os intelectuais concebidos coletivamente em categorias constituem o que Gramsci denomina “aparelho privado ideológico” cuja tarefa é respaldar politicamente a subsistência da “sociedade civil” na consolidação do Estado, estruturando ideologicamente, via hegemonia, toda base para consolidação do capitalismo. Nessa ordem de pensamento Gramsci afirma que:

Os intelectuais de tipo urbano cresceram (...) [junto] com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção. Colocam em relação, articulando-a a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandardizados. Os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico estado-maior industrial. (Gramsci, 1991, p.12)

O intelectual do meio urbano, o “intelectual orgânico”, se empresário, representa, uma elaboração social superior, já caracterizada por uma capacidade dirigente e técnica, vinculada à produção econômica, que segundo Gramsci “deve ser um organizador de massas de homens; deve ser um organizador da confiança dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria etc”. Gramsci. (1991, p. 4).

Esse intelectual do tipo empresário deve ser suficientemente capaz de organizar a sociedade em geral, inobstante seu complexo organismo de produção e serviço, estendendo essa organização ao organismo estatal, em decorrência da necessidade de propiciar as condições satisfatórias à expansão da própria classe; ou pelo menos, devem ser capazes de escolher seus representantes-gestores da atividade empresarial, que Gramsci denomina de “prepostos” especializados o suficiente para merecer confiança para o exercício da atividade organizativa da fábrica. E, assim conclui, afirmando que: “Pode-se observar que os in-

telectuais ‘orgânicos’ que cada nova classe cria e, elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”. (Gramsci, 1991, p. 4)

Os intelectuais tradicionais estão situados na massa camponesa e pequeno-burguesa das pequenas cidades e localidades que, segundo Gramsci, ainda não sofreram o processo de elaboração e movimentação do sistema capitalista. Mas, é essa categoria de intelectuais que em geral põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Gramsci registra ainda que:

Além disso: no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. (Gramsci, 1991, p.13)

Vale destacar que segundo Gramsci, o camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode-se tornar intelectual (notadamente padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com outros senhores. Ou seja, todo camponês almeja ou deseja estar na categoria de intelectuais e de conseqüência, participando ativamente da organização da cultura. Sobre esse desejo, Schwartzman afirma que

Intelectuais sempre procuraram exercer influências sobre as sociedades de que fazem parte. Sacerdotes, letrados e advogados disputam durante séculos com guerreiros, príncipes e nobres as posições de prestígio, autoridade e decisão. Também lutaram uns contra os outros”. (...) A época moderna trouxe para esta arena um novo tipo de intelectual, que afirma ser detentor da credencial máxima para suas aspirações de prestígio e de poder: os novos conhecimentos, amparados pela certeza da ciência. (Schwartzman, 2008, p.1)

Nas suas formulações sobre a organização da cultura, hegemonia e sociedade civil, entre as formulações de outras categorias, Gramsci

dedica atenção à escola e à educação. Lança sua crítica, e inicia, refutando dois modelos italianos de escola de seu tempo (primeira metade do século XX). Descarta tanto a educação tradicional embasada nas formas produtivas pré-industriais, quanto à educação pertencente aos modelos de escolas modernas que, segundo ele, fazem do industrialismo seu princípio pedagógico de forma “interessada” (interesseira, mesquinha, imediatista). Polemiza com a escola jesuítica que considera autoritária e classista, eficiente e orgânica própria das sociedades arcaicas.

Estas escolas, para Gramsci, consideram erroneamente que o instrumento de trabalho é apenas um objeto material, uma máquina singular, um utensílio individuado. E, acrescenta que: “Com certeza os homens encontraram no industrialismo o instrumento moderno de produção. O industrialismo, porém, é bem mais que um mero instrumento empírico ou uma ‘fábrica de marca americana’. É um horizonte de novos valores, de nova hegemonia, de nova civilização”. (Gramsci, apud Nosella, 2004, p. 24).

Para Gramsci, a educação e a escola participam efetivamente da organização da cultura, e esta, em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade. Pensando essas questões no rastro deixado pelo filósofo italiano, Coutinho afirma que um dos momentos básicos da organização da cultura é aquele que se expressa no

sistema educacional: cada vez mais, com o crescimento da sociedade civil, o sistema educacional deixa de ser uma simples instância direta de legitimação do poder dominante para se tornar um campo de luta entre as várias concepções político-ideológicas (basta pensar, por exemplo, na luta entre ensino laico e ensino religioso). E até mesmo nas organizações de ensino ligadas diretamente ao Estado ocorre hoje uma ampla batalha de idéias: se a sociedade civil é realmente autônoma, *as Universidades, por exemplo, tornam-se um campo de luta pela hegemonia cultural de determinados projetos de conservação ou de transformação das relações sociais*. A luta de classes se trava também no interior das Universidades. (Coutinho, 2005, p. 20)⁴

A escola para Gramsci, assim como para seus interpretes, é sempre escola. É suspensão do trabalho produtivo, enquanto a fábrica é

fábrica. A escola, quando funciona com seriedade não deixa tempo para a oficina e vice-versa. (...) Se a escola é suspensão do trabalho produtivo, não é, porém, dele fuga, negação ou esquecimento. Assim como a fábrica forma seu núcleo ao redor do instrumento de trabalho moderno objeto material de produção, a escola se estrutura ao redor desse instrumento de trabalho entendido, porém, como processo de desenvolvimento científico, criativo e ético da história dos homens. (Gramsci, apud Nosella, 2004, p. 25).

Gramsci defende como melhor opção para a educação, a adoção da escola unitária e desinteressada, e aponta como seu instrumento de trabalho um feixe de relações políticas, sociais e produtivas. E, sobretudo a possibilidade concreta de liberdade universal.

Coutinho (2005) enfatiza que: “Nas formulações sociais que Gramsci chama de ‘ocidentais’ por contrastes com as ‘orientais’ e mais primitivas, o Estado – os mecanismos de poder – não se limita mais aos institutos de dominação direta, aos mecanismos de coerção”. (Coutinho, 2005, p.19).

A organização da cultura consiste num desses momentos de formulações político-sociais de que fala Coutinho e, de regra, antecede à consolidação da sociedade civil, pelo que, na concepção de Gramsci, por meio do consenso e hegemonia, leva à sociedade civil que pode respaldar ou não a sociedade política, ou seja, o Estado. Ressalte-se que desse processo de organização da cultura, participam a família, a religião, as associações, os sindicatos, as escolas, entre as quais, podem ser destacadas as universidades e, naturalmente, os intelectuais no sentido preconizado pelo filósofo.

A sociedade política, ou Estado dominador, coercivo, persuasório e violento, de que fala Karl Marx e ampliado por Gramsci, independente de ser Ocidental ou não. Ou seja, independentemente do que é, ao que parece, estará sempre a exercer seu jugo sobre as classes que compõem a sociedade civil, valendo ressaltar que essa sociedade civil é constituída no processo da organização da cultura, passando, necessariamente, pelo sistema educativo e, conseqüentemente pela formação de seus intelectuais.

Gramsci afirma que “no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou pelo menos diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para esse camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e melhorá-la”. (1991, p.13) Percebe-se que esse desejo do

camponês quanto a ascensão dos filhos à condição de intelectual e de que fala Gramsci continua presente e atual, tanto no campo quanto nas cidades. Portanto, ser um intelectual pode resultar “positivamente” na chance de mobilidade social própria do modelo capitalista.

Para entender o pensamento desse filósofo sobre as relações que imbricadamente se estabelecem entre objeto de estudo e sujeito que investiga, Canesin (2001, p. 93) mostra, quando analisa *A questão do método dialético no estudo da vontade coletiva, segundo Gramsci*, que um dos primeiros aspectos a considerar, no caso, é revelar a condição de Gramsci como intelectual militante. Nessa direção, a autora afirma que

Nos grandes acontecimentos revolucionários da primeira metade do século XX, as formulações marxistas constituíram-se nas novas ilusões políticas que motivaram as ações históricas, no sentido da transformação da sociedade contemporânea. Nesse período, a relação entre a teoria marxista e o movimento histórico real que ela anunciava, a revolução socialista, colocava inúmeros desafios para os seguidores de Marx. Entender de que forma a teoria marxista deveria se concretizar-- – como fazer para levar os homens/a massa em direção ao socialismo – era o desafio fundamental. Nessa preocupação, Gramsci (...) e outros teorizavam, participando, intelectual e efetivamente, da dinâmica dos movimentos sociais que emergiam na sociedade. *Eles vivenciavam a experiência histórica concreta que fornecia a matéria para suas teorizações.* (Canesin, 2001, p. 93-94)

Segundo ainda a autora citada, foi nesse contexto, em que Gramsci vivenciava e concebia a alternativa socialista, que ele “estabeleceu uma rede de interlocução” com os demais intelectuais de seu tempo, usando como critério analítico: 1) o exame aprofundado do material empírico existente a que teve acesso (discussões parlamentares, crônicas literárias, inquéritos, estatísticas etc.); 2) a atitude de “leitor crítico que se debruça, cuidadosamente, sobre os argumentos dos adversários”. Segundo Canesin, essa atitude crítica e comprometida do pesquisador com seu ofício de investigador se encontra sintetizada na obra de Gramsci intitulada: *Problemas de Filosofia e de Historia*. Nela o autor afirma:

Na colocação dos problemas histórico-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual

há um réu e um promotor, que deve mostrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. *Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência*, demonstra ser mais avançado quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o *adversário é, talvez, o pensamento passado*), significa estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, *significa colocar-se em um ponto de vista crítico, o único fecundo da pesquisa científica*. (Gramsci, 1978, p.31 apud Canesin, 2001, p. 94)

Pretende-se tornar claro com os grifos feitos nos dois trechos aqui citados, que a postura investigativa e crítica de Gramsci (herdeira da tradição marxiana) em relação a seus interlocutores, e ainda em relação às fontes consultadas, parece ser a mais lúcida e adequada que se pode tomar em relação à produção do conhecimento em qualquer área.

Neste artigo procurou-se demonstrar que Gramsci concebeu diferentes categorias de intelectuais, todavia, elegeu duas, como objeto de suas análises: os intelectuais “*tradicionais*” e os do tipo “*orgânico*”. A primeira delas, originária do meio rural e, a outra, do meio urbano, mais precisamente, oriunda do contexto histórico de surgimento da sociedade industrial capitalista. Deu-se ênfase às razões que levaram Gramsci a optar por essas categorias, evidentemente, pelo significado que cada uma delas tem, e, ao mesmo tempo, pelo que representam e pela importância que assumem no estudo das relações de produção capitalistas. E, de posse desses elementos, confirmar ou não sua influência na formação da “*sociedade civil*”. Destacou-se a postura assumida por Gramsci quanto à escola italiana, suas críticas ao modelo de escola clássica e à jesuítica de seu tempo (primeira metade do século XX) e ainda à defesa que faz da escola unitária ou desinteressada, que segundo ele é o melhor modelo para formar o homem para a vida e não para o mercado e a indústria. Ficou demonstrado que Gramsci se utiliza das categorias: família, escola, intelectual, universidade, igreja, sindicato, partidos políticos, corporações etc., para, atribuir às mesmas a condição de “*aparelhos privados*” integrantes das estruturas e superestruturas que formam a “*sociedade civil*” (conjunto de instituições que operam

especialmente pelo consenso), e que, segundo o filósofo italiano, após constituída hegemonicamente, respalda a “sociedade política” (conjunto de instituições que operam pela violência). Registrou-se que para Canesin (2001), “uma massa humana não se distingue e não se torna independente sem se organizar e que não existe organização sem intelectuais. A eles competem a articulação entre teoria/prática”.

Por fim, este artigo procurou realçar as conclusões a que chegou Gramsci quanto ao papel exercido pelo intelectual no contexto das relações econômicas e de produção, sociais e políticas na organização da cultura de um povo. Não deixando, finalmente de considerar que desse processo, participam: escola, educação de todos os níveis (inclui-se aqui, a universitária), respaldando o Estado concebido por Marx como momento de violência e dominação.

Notas

- ¹ “Gramsci não foi o primeiro a empregar o conceito de hegemonia”, embora ele seja essencial em suas reflexões. Ele foi um dos lemas políticos centrais do movimento social-democrata russo (1890-1917). Plekhanov, Lênin e outros o empregaram “sempre aplicado ao proletariado, a quem cabia a iniciativa de exercer a direção da revolução democrática burguesa, diante da debilidade da burguesia russa para combater o absolutismo”. “Formada a partir da desagregação da comunidade camponesa e muito ligada às camadas feudais e ao czarismo, ‘a burguesia era uma burguesia débil, que não tinha a capacidade de conduzir a sua revolução a soluções democráticas conseqüentes. (Gruppi, 1978, p. 6-7) O compromisso da burguesia com as classes feudais poderia levar a um desenvolvimento do capitalismo em condições muito difíceis para a classe operaria, caso ela não fosse capaz de exercer a direção política. Exercendo essa direção política e levando consigo as classes camponesas, o proletariado teria ‘condições mais favoráveis para desenvolver, na democracia, a luta pelo socialismo’. (Gruppi, p. 7) Este é o primeiro sentido que o marxismo atribui à hegemonia. Com a Revolução bolchevique, esse sentido caiu em desuso porque, ‘forjado para teorizar o papel da classe operaria em uma revolução burguesa, ele tomou-se inoperante com o advento de uma revolução socialista’. (Anderson, 1986, p. 18). Contudo, ‘(...) [ele] sobreviveu (...) com um outro significado: ‘O dever do proletariado era de exercer a hegemonia sobre os outros grupos explorados... Se ele falhasse em dirigir as massas trabalhadoras em todos os terrenos da atividade social, confiando-se nos seus objetivos econômicos particulares, ele cairia no corporativismo’. (p. 19). Em 1922, o termo *hegemonia* (...) foi estendido a *dominação da burguesia sobre o proletariado*’. (p. 19) (...) [Grifos de Germano] Esta é a terceira acepção que o marxismo atribui a hegemonia. Mas Gramsci conferiu à teoria da hegemonia um significado muito mais amplo. ‘Na verdade, Gramsci estendeu a noção de hegemonia a partir de sua aplicação original, das perspectivas da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, para os mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada’. (Anderson, 1986) Em Gramsci, a hegemonia não é entendida apenas, como em Lenin, como direção política, ‘mas também como direção

moral, cultural, ideológica'. (Gruppi, 1978, p. 11). É importante ressaltar ainda que a teoria dos intelectuais de Gramsci decorre do destaque que ele concede a cultura enquanto componente fundamental da hegemonia, uma vez que se trata de 'uma ação que atinge não apenas a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas, também, age sobre o modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas e culturais'. (Tavares de Jesus, 1989, p.42). Tratando-se da questão da hegemonia, finalmente, importa fazer uma breve referência civil. Para Gramsci, ela é uma esfera da superestrutura, em que são formuladas a cultura, a ideologia, enfim, as relações de direção política e ideológica, de uma classe social com relação às outras, mas também como o 'lugar' em que todas as classes organizadas expressam a defesa de seus interesses". (Germano, 1993, p.20)

² Na França esse debate prosseguiu com Louis Althusser e no Brasil com Carlos Nelson Coutinho, que teve o mérito de organizar e traduzir, além dos Cadernos do Cárcere, outras obras de Gramsci.

³ A Via Prussiana consiste numa prática capitalista concebida por Lênin. Segundo ele, para o êxito do desenvolvimento das práticas capitalistas por essa via há dois caminhos a percorrer: um conhecido como "modelo prussiano", caracteriza-se pelo fato de os próprios grandes proprietários da agricultura darem início ao processo de transição para o capitalismo e o orientarem. Nesse caso, as grandes propriedades pré-capitalistas são lentamente transformadas em empresas capitalistas. O que não só deixa as grandes propriedades intactas, como também muitos dos sistemas de controle dos trabalhadores. Lênin sugere que, quando o desenvolvimento segue esse modelo, o capitalismo amadurece muito lentamente, continuando a vigorar, durante muito tempo, aspectos das relações pré-capitalistas de produção. Em contraste ao "modelo prussiano" está o caminho "democrático", ou dos pequenos produtores rurais, caracterizado por uma revolução liderada pelos camponeses, que destrói as grandes propriedades agrárias e abole as relações de servidão. Desse segundo processo surge um grande campesinato ou uma classe de pequenos fazendeiros que exploram pequenas glebas. O processo de diferenciação do campesinato processa-se rapidamente nesse caso, e o desenvolvimento do capitalismo não é dificultado pelos resquícios do modo de produção pré-capitalista, o que permite o rápido desenvolvimento das forças produtivas. (Bottomore, 1983, p. 43).

⁴ Os grifos desta citação e das demais citações que aparecem a seguir são do autor deste trabalho.

Referências

BOTTOMORE, T. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 43.

CANEZIN, Maria Teresa. "O lógico e histórico no método dialético". In: *Introdução à teoria e ao método em Ciências Sociais*. Goiânia: Editora da UCG, 2001, p. 69-92 (Série Ensaios).

_____. "A questão do método dialético no estudo da vontade coletiva segundo Gramsci". Idem, pp.93-109.

COELHO, Ildeu M. "Universidade e Formação de Professores", In: *Formar para o mercado ou para a autonomia?* Valter Soares Guimarães (org), Campinas,SP: Papirus, 2006, pp.43-63.

COUTINHO, Carlos Nelson. "V. Teoria ampliada do Estado. 1. O conceito de sociedade civil". In: *Fontes do pensamento político*. Gramsci, Rio Grande do Sul: L & PM Editores Ltda, 1981, pp. 87- 97. (Fontes do pensamento político, v.2)

_____. “[TOMO] II. *Dos cadernos do cárcere (1929-1935)*. 1. *Conceitos fundamentais da teoria política*”, idem, pp. 177-232.

_____. “*Os intelectuais e a organização da cultura*”. In.: *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaio sobre idéias e formas*, 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp.13-36.

Germano, José w. “Introdução”. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*, São Paulo: Cortez, 1003, p. 20.

GRAMSCI, A. “*Nota sobre Antonio Gramsci*”. In.: *Concepção Dialética da História*, 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1984, pp. 1-7.

_____. “Introdução ao estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico”, idem, pp. 9-72.

_____. “*Nota sobre Antonio Gramsci*”. In: *Cartas do Cárcere*, 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, pp. 3-14.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*, 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1985. (pp. 3-23; 129-139; 141-157).

MACCIOCCI, Maria Antonieta. “7. *Os intelectuais*”. In.: *A favor de Gramsci*, 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 186-256.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

NOSELLA, Paolo, *A escola de Gramsci*, 3ª. ed. rev. e atual. São Paulo, Cortez, 2004.

ROUANET, S. Paulo. “Gramsci”, In: *Imaginário e dominação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, pp. 51-89. (Coleção Diagrama).

SCHWARTZMAN, S. *A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil*. Cf. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_03.htm. Acesso em 09 de setembro de 2008

Abstract: This article raises preliminary reflections on the role of intellectuals in organizing culture, from the standpoint of the political-philosophical thought of Antônio Gramsci and of some of his interpreters. The paper collects subsidies to allow for the development of a broader research on the role of intellectuals, specially those in the field of Law and their contribution for the organization of culture; their involvement in the political and social process of establishing civil society, supported by the Marxian concept of the State, expanded and developed by Gramsci.

Key words: intellectuals; organization of culture; Law; expanded State.

* Os resultados que deram origem a este artigo surgiram de reflexões que o autor vem fazendo no decorrer de um processo investigativo que terá como desfecho sua tese de doutoramento, em curso, sob a orientação da Profa.Dra.Maria de Araújo Nepomuceno.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Goiás (UCG). Professor da Faculdade de Direito de UFG e do Departamento de Ciências Jurídicas da UCG. Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal de Goiânia. Email: adegmarjferreira@uol.com.br